

ROSALINDO DE SOUZA: A EXPERIÊNCIA DE UM MILITANTE COMUNISTA NO ARAGUAIA

ROSALINDO DE SOUZA: LA EXPERIENCIA DE UN MILITANTE COMUNISTA EN ARAGUAIA

José Alves Dias

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/jdpesquisa@yahoo.com.br

Camilla Fernandes Araújo

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/millocas.f@gmail.com

Resumo

O objetivo é resgatar a memória do guerrilheiro Rosalindo de Souza, desaparecido quando participava de um movimento armado organizado pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B), ocorrido no Sul do Pará, entre 1972 e 1974, e que tinha como objetivo derrubar a ditadura militar.

Palavras-chave: Memória. Guerrilha. Biografia.

Resumen

El propósito de este artículo es el de rescatar la memoria del guerrillero Rosalindo de Souza, desaparecido cuando participaba en un movimiento armado organizado por el Partido Comunista de Brasil (PC do B) ocurrido en el sur de Pará, entre 1972 y 1974, cuyo objetivo era derrocar a la dictadura militar.

Palabras-clave: Memoria. Guerrilla. Biografía.

Introdução

Este texto pretende relatar a experiência de Rosalindo de Souza, um militante comunista que, juntamente com outros companheiros do Partido Comunista do Brasil (PC do B), desapareceu combatendo a ditadura, na Guerrilha do Araguaia. Para tanto, a análise se baseia em textos de sobreviventes e no resgate da memória de seus familiares.

Obviamente, esta análise não desconsidera as delicadas questões que envolvem as

relações entre Memória e História, bem como, as subjetividades intrínsecas a qualquer fonte documental. Em particular, o uso da oralidade, tão discutida nos meios acadêmicos, serviu como ferramenta indispensável à concussão dos objetivos desta pesquisa.

De fato, há algum tempo não era muito comum o envolvimento do historiador com a história oral, mas, nos últimos anos, essa prática cresceu substancialmente, tendo em vista a riqueza histórica que a memória humana é capaz de guardar. Essa defesa está bastante consubstanciada nos argumentos a seguir:

A utilização da fonte oral está, pois, largamente difundida no mundo universitário, havendo certamente diferenças conforme o país. [...] A meu ver não devemos nos preocupar demais com as derradeiras e persistentes resistências de colegas universitários cuja obstinação pode somente privá-los de documentos insubstituíveis e comprometer seus trabalhos. Já não é mais tempo de procurar convencê-los (AMADO & FERREIRA, 1996, p. 55-56).

Por compartilhar dessa ideia, a trajetória política do sujeito histórico aqui destacado foi construída explorando todas as possibilidades desses instrumentos disponibilizados ao pesquisador. Em especial, a recorrência à memória potencializa as informações, às vezes tão carentes, de um período marcado pela censura, pelo medo e pela violência.

Desta forma, as versões que aparecem no texto foram cotejadas com diversas outras disponíveis e confrontadas entre si para impor o caráter qualitativo desejável à pesquisa histórica e, assim, elucidar mais um aspecto desse relevante período da história nacional.

A Guerrilha do Araguaia na perspectiva esquerda brasileira

A Guerrilha do Araguaia foi um movimento armado, ocorrido entre 1972 e 1974, na região Sul do Pará e que tinha como objetivo derrubar a ditadura militar, instaurada no Brasil com o golpe de 1964 e formalmente extinta em 1985. Esse episódio, além de marcado por intensa violência do governo brasileiro contra os guerrilheiros, impunha a estas duras condições de vida e riscos permanentes de morte por doenças como a malária.

O dia começava cedo e repleto de atividades domésticas e na lavoura, para aqueles que optaram por essa via. Em seu cardápio estava incluso muito peixe, caças e farinha. Além destas, as tarefas militares eram fundamentais na preparação de um bom guerrilheiro. Uma forma de não chamar a atenção repressora do Estado era misturar-se a população local, participando, inclusive, de festas e batizados. Só tinham notícias do mundo fora da floresta

através de jornais e revistas trazidos esporadicamente de São Paulo, por alguns dirigentes.

Para compreender as razões que motivaram dezenas de jovens brasileiros a optarem pela guerrilha como forma de oposição à ditadura militar faz-se necessário discutir a teoria da Revolução Brasileira, desenvolvida por intelectuais dos partidos e organizações a eles vinculados.

A teoria marxista que inspirou parte do pensamento da esquerda brasileira se consolidou no início do século XX, com as lutas antiimperialistas nos países agrários em processo de transição do feudalismo para o capitalismo. Para uma dessas correntes, a revolução no Brasil seria realizada por etapas, pois, num primeiro momento teríamos que nos livrar dos resquícios feudais, ainda presentes, para que se desenvolvessem as forças produtivas e, assim, empreender uma revolução socialista que, seguindo a teoria marxista seria o estágio final da revolução.

Esse modelo teórico foi amplamente debatido e criticado por alguns autores, entre os quais, Caio Prado Júnior, que afirmava não haver restos feudais a serem superados no Brasil e que esse modelo teórico pré-concebido não poderia ser aplicado, visto que, esses teóricos não levaram consideração a conjuntura específica do nosso país. Para o autor, “a teoria da revolução brasileira, para ser algo efetivamente prático na condução dos fatos, será simplesmente [...] a interpretação da conjuntura presente e do processo histórico de que resulta” (PRADO, 1966, p. 19).

Essa teoria se tornou relevante e perpetuada como dogma, entretanto, pouco consistente o que, para Caio Prado Junior, foi um dos grandes erros:

(...) não parte da consideração e análise daqueles fatos como realmente eles se apresentam, a fim de interpretá-los e determinar a sua dialética, isto é, a sua dinâmica e projeção futura, com o que se elaborará a teoria revolucionária. Caminha-se em sentido precisamente contrário, a saber, admite-se a priori essa teoria, e procura-se nela encaixar os fatos, por mais que eles se deformem nessa arbitrária e singular manipulação (PRADO, 1966, p. 30).

O princípio marxista buscou aplicabilidade nos países europeus, não sendo possível generalizá-lo para os demais e, sendo assim, faltou uma maior reflexão sobre o Brasil. A generalização supôs uma materialidade na revolução nacional, mas como podemos observar no trecho abaixo, isso, de fato, não aconteceu:

Não foi assim, contudo, muito pelo contrario, que se procedeu no caso brasileiro que estamos considerando. Presumiu-se, desde logo, que no Brasil o capitalismo foi precedido por uma fase feudal, e que os restos dessa fase ainda se encontravam presentes na época atual. E partiu-se dessa presunção para ir à procura, nas instituições vigentes, de alguma coincidência entre os fatos observados e o esquema presumido (PRADO, 1966, p. 35).

Diante disso, novamente, é o historiador Caio Prado Júnior quem esclarece os paradoxos que envolvem questões como a característica do trabalhador rural brasileiro e a essência da economia agrária brasileira:

Em suma, a agropecuária brasileira na sua maior e principal parte é de natureza, em essência e fundamentalmente capitalista. Estrutura-se em empresas comerciais, isto é, produtoras para o mercado e visando única e exclusivamente lucro financeiro, e se organiza na base de relações de empregador e empregado, de compradores e vendedores de força de trabalho, o que constitui a essência das relações capitalistas de produção. Os grandes proprietários, fazendeiros e outros, constituem assim uma legítima burguesia agrária. (PRADO, 1966, p. 107-108)

A superação desses equívocos, segundo o referido autor, se daria com uma profunda análise da situação sócio-política e econômica do nosso país, para depois, analisar as contradições e eliminá-las, mantendo o processo dialético. Isso implicava em estimular a massa trabalhadora para a luta, incluindo os trabalhadores do campo, que com a ajuda dos empregados urbanos tomariam consciência de classe e eles seriam direcionados para a revolução, o proletário urbano seria o orientador dos trabalhadores rurais. A chave da aliança entre as duas categorias se encontra nas mais diversas formas de organização, visto que o movimento urbano se encontrava organizado, apesar dos muitos erros de orientação teórica.

A proposta de organização das guerrilhas era anterior ao próprio golpe, apesar do Partido Comunista Brasileiro (PCB) ter mantido sua postura pacifista de luta revolucionária, entretanto, quando se iniciou a ditadura estava tudo “desmontado” ainda que grande parte dos grupos de esquerda continuasse a luta armada, fosse ela urbana ou rural. Todavia, somente o Partido Comunista do Brasil (PC do B) empreendeu, de fato, a luta rural e o local escolhido foi estrategicamente o Araguaia.

A área se caracterizava pelo povoamento recente, baixo nível de conflitos sociais e insignificância econômica. O aparelho repressivo do Estado [...] tinha aí presença ínfima e era coisa rotineira a chegada de gente nova numa região de fronteira agrícola. Da sua parte, os futuros guerrilheiros se

inseriram na população e seguiram rigorosamente a norma de evitar qualquer atuação política. Assumiram atividades de lavradores e pequenos negociantes e se restringiram a uma prática assistencial: ensino nas escolas, mutirões, pequenos serviços de enfermagem, participação nas festividades e vez por outra, nas pendências costumeiras com grileiros (GORENDER, 1987, p. 208).

Exatamente por ser insignificante ou até mesmo em função disso, o governo demorou algum tempo para agir contra os guerrilheiros. Entretanto, o aparelho repressivo do Estado munuiu-se de vários instrumentos para garantir a eliminação do “inimigo interno” refugiado às margens do Araguaia.

A esquerda brasileira na perspectiva do governo

A ditadura iniciada com o golpe de 1964 criou vários mecanismos legais de repressão e para conter o que os militares nomearam de “inimigos internos” foi elaborada a Doutrina de Segurança Nacional que legitimou as ações repressoras do Estado e toda violência aplicada contra os que discordavam do governo militar.

O General Golbery do Couto e Silva, teórico militar influente, desenvolveu a Doutrina de Segurança Nacional, na Escola Superior de Guerra (ESG), com o objetivo de expurgar da sociedade brasileira a ameaça comunista que rondava o mundo. Segundo esse raciocínio, os “inimigos internos” se utilizariam de todo poder ideológico para convencer as pessoas a se unirem em sua luta. Segundo uma autora consultada, a referida doutrina foi formulada em 25 anos e “tal como [foi] desenvolvida no Manual Básico, a doutrina da escola evoluiu de uma definição parcial de segurança interna e externa para uma visão mais abrangente da segurança nacional integrada ao desenvolvimento econômico” (ALVES, 2005, p. 41).

Dos vários tipos de guerras ali descritos, merece destaque a chamada guerra revolucionária que ultrapassa a ideia de fronteira territorial do mesmo país. Nela o “inimigo interno” que tem grande poder ideológico e tende a conquistar ideologicamente o povo para depois insuflar a rebelião. Nesse caso, qualquer um pode vir a ser um “inimigo interno” em potencial, por isso todos devem ser vigiados, perseguidos, controlados e até eliminados. Nestas circunstâncias, o Estado de Segurança Nacional permite o controle da população e decide quem é o “inimigo interno”, bem como, as estratégias de repressão e “dota as forças militares de poder praticamente ilimitado sobre a população” (ALVES, 2005, p. 48).

A ideia de um “inimigo interno” induz o Estado a criar um aparato repressivo e montar uma rede de informações eficaz, capaz de detectá-los. De acordo com a autora:

Saliente-se também que a teoria do ‘inimigo interno’ induz o governo ao desenvolvimento de dois tipos de estruturas defensivas. Primeiro, o Estado deve criar um Aparato Repressivo e de controle armado capaz de impor sua vontade e, se necessário, coagir a população. Depois, ele montará uma formidável rede de informações políticas para detectar os ‘inimigos’, aqueles setores da oposição que possam estar infiltrados pela ação comunista ‘indireta’ (ALVES, 2005, p. 48).

Uma vez tendo um plano de segurança nacional institucionalizou-se o governo e criaram-se novas estruturas repressoras, entre elas, o Serviço Nacional de Informação, de fundamental importância para que pudessem identificar “inimigos internos” do governo militar. O SNI foi um instrumento importante para os militares exercerem o controle político e coletar informações para os órgãos oficiais do governo.

Todas essas medidas acima descritas serviram para criar um Estado intimista que tinha por objetivo eliminar qualquer tipo de oposição política, intensificando o movimento dialético entre Estado e Oposição. Ao final do primeiro ano de governo estava instaurado o Estado de Segurança Nacional com todo o seu aparato regulamentador.

Para o movimento estudantil a intervenção nas universidades torna-se um fator de descontentamento com o governo. A morte do estudante Edson Luís desencadeia a luta dos estudantes contra o governo repressor, missas em memória ao estudante, também tiveram intervenção violenta do Estado, o que faz com que a população da classe média passasse a ver com outros olhos os manifestantes e em alguns casos lhes dispensasse apoio. Com relação ao sindicalismo no movimento de oposição devo fazer algumas considerações uma vez que o Estado exercia controle direto sobre os sindicatos. Em diferentes estados do Brasil o movimento sindical realizava ações contra esse intervencionismo e contra o regime político adotado pelos militares e apesar de toda essa atuação fica claro que a questão do aparato repressor o Estado de Segurança Nacional é extremamente eficiente em conter as manifestações de oposição dos mesmos ainda de acordo com Maria Helena Moreira Alves, apesar de toda organização “os trabalhadores estavam longe de constituir um movimento efetivo” (IDEM, p. 154).

Em 13 de dezembro de 1968, após discussões no Congresso Nacional, ocorreu a promulgação do Ato Institucional nº5, que centralizava o poder nas mãos do Executivo e

legalizava todas as arbitrariedades cometidas pelo Estado de Segurança Nacional. A partir de então, o aparato repressor do Estado intensificou suas investidas e isto, associado a acontecimentos anteriores, como o fechamento do Congresso Nacional, fez com que parte da esquerda brasileira optasse pela luta armada como estratégia de luta, tendo o intuito de derrubar a ditadura.

A experiência individual

Rosalindo de Souza, ou Mundico, como era conhecido na militância, nasceu em Caldeirão Grande, na Bahia, e mudou-se para Itapetinga, município da mesma unidade federativa, onde fez o curso de contabilidade e atuou no grêmio estudantil da época, influenciado pela militância política do pai.

Rosalvo Cipriano de Souza nasceu em 1911, também na Bahia, e Josselina Souza, sua filha, também conhecida como Dona Jú, o caracteriza como um pai amoroso, atencioso com os filhos e um ótimo companheiro para Dona Lindaura Correia de Souza. Ele educou todos os seus filhos em escola particular, pois acreditava que a educação era a base de tudo para seus filhos.¹

Cipriano foi preso em 13 de maio de 1964 e ficou cerca de 50 dias na prisão, em Salvador. ~~Josselinda descreve com~~ muita emoção a prisão do pai: “meu pai foi preso em 1964, o exército [...] sabe aquela coisa que você vê em filme, eu vi, na nossa casa...”. Quando retornou para casa, os familiares relataram que ele não era mais o mesmo, vivia com medo, estava sempre receoso, se sentia perseguido. Na época da prisão Rosalindo estudava direito em Salvador e manteve contato com o pai, através de pequenos bilhetes.

Rosalvo, após a ditadura, fundou o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) em Itapetinga. Foi político ativo, embora não se declarasse comunista e sim um “nacionalista de esquerda”, que não aceitava as desigualdades sociais e injustiças. Afirmou ele:

Sempre fui contra a ditadura, a prepotência, como sou até hoje. Não sou comunista, sou nacionalista de esquerda e não suporto ver o Brasil nesta situação de vergonha, cheio de multinacionais e corrupção. Fui preso por 50 dias por causa do meu filho e depois seqüestrado; se tudo isso acontecesse para melhorar o Brasil tudo bem, mas não adiantou nada.

Rosalindo, descrito como um rapaz polêmico e ótimo orador, assim como o pai, se interessou por questões políticas. Ele participou de atividades no movimento estudantil secundarista e, após ingressar na universidade, dos debates políticos da época. Na década de 1960, cursando de Direito em Salvador, foi membro do Diretório Acadêmico e líder do movimento estudantil. Sua irmã conta que por esse tempo ficavam dias sem notícias do irmão e, de vez em quando, recebiam, por intermédio de conhecidos da família, recados sobre a localização de Rosalindo. Impossibilitado de concluir a faculdade de direito em Salvador, por conta das perseguições políticas, ele viajou para o Rio de Janeiro a fim de terminar o curso. De acordo com os relatos de seus companheiros e familiares, foi nesse momento que entrou para o PC do B.

Em 1971, Rosalindo foi julgado por crimes políticos, mas não compareceu a audiência, na qual foi condenado a dois anos e quatro meses de prisão, pois já se encontrava a caminho do Araguaia, tendo partido dois dias antes da publicação da sentença. Em carta a seu pai, em 31 de dezembro do mesmo ano, referindo-se à condenação ele escreve: “Tomei conhecimento da sentença. Dela não tinha dúvidas. Não faço ideia clara de como aí em casa, se enfrenta perante os conhecidos ou não, a minha ausência. Imagino, apenas, que não tem sido fácil”. De acordo com uma das principais depoentes, Josselinda Souza, ele não foi pra “formar uma guerrilha”, e sim “orientar o povo no sistema socialista”, eles foram realizar um trabalho de massa com a população explorada daquela área.ⁱⁱ

Entretanto, de acordo com a pesquisa, eram outras as características da guerrilha e o seu objetivo principal era montar um foco guerrilheiro com a intenção de derrubar a ditadura militar. Era um militante conceituado no Araguaia, “comunista dedicado”, estava a frente do Destacamento C. O contato com a família era quase nulo, em todo período em que esteve no Araguaia, de acordo com a família, houve três cartas, a última enviada á família em 1971, pouco antes de sua morte, em que diz que está bem e que devem esperar sempre mais pessoas para a guerrilha.

Seus familiares falam de Rosalindo com orgulho ao observar seu nome em documentos relacionados á guerrilha. Consideram-no um rapaz corajoso por deixado para trás a sua casa, sua família e sua profissão para ingressar num movimento armado, disposto a lutar por seus ideais. Essa altivez vem acompanhada de sofrimento pela perda de um ente querido, pois, mesmo ouvindo a entrevista afirmar que “eu e meus irmãos temos orgulho de ter contribuído mesmo com a vida dele” foi possível observar que a mesma concluiu essa

frase com muita emoção, uma vez que, logo após, ela se lembrou que não pode enterrar o corpo do irmão e que isso deixou uma lacuna na vida da família.

Há informações controversas sobre os desaparecidos no Araguaia, entretanto, os depoentes concordam que Rosalindo morreu durante a segunda campanha repressiva organizada pelas forças militares da ditadura. Existem três versões para a morte do militante Rosalindo de Souza: na primeira ele teria sido morto enquanto manuseava uma arma, sendo sua morte neste caso acidental; segundo outro relato, ele teria sido assassinado pelos companheiros da guerrilha, por demonstrar o desejo de abandonar a guerrilha, fato negado pelo PCdoB; e, na última versão, teria sido morto por um fazendeiro da região, não identificado. Fato é que já foram realizadas quatro expedições para tentar encontrar o corpo de Rosalindo e outras pessoas.

De acordo com a irmã de Rosalindo “o PC do B organizou, mas a liderança maior não estava lá, ‘botou’ os jovens lá e ‘escapou’ pra São Paulo. Não tinha Elza Monerat, [Maurício] Gabrois não estava lá.” Muito receosa ela afirma que o PC do B não deu suporte suficiente aos militantes, que faltou apoio da liderança dentro da mata.ⁱⁱⁱ

A família critica, também, a forma como essa procura por desaparecidos está acontecendo e, principalmente, o sigilo dos relatórios militares. Josselina acredita que há um choque de informações em relação à localização dos corpos e não há organização entre as entidades envolvidas.

Durante o processo de reconhecimento da responsabilidade do Estado brasileiro pelas mortes e desaparecimentos durante a ditadura, Rosalvo Cipriano de Souza tentou provar a participação e o desaparecimento do filho no Araguaia. Ao final, apesar de conseguirem a liberação da certidão de óbito foi difícil acrescentar a informação de “desaparecido político” no documento.

Depois da morte de Rosalindo ainda houve outra campanha contra os guerrilheiros, na qual ocorreu um verdadeiro massacre contra os sobreviventes. De acordo com Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio em sua pesquisa:

A terceira campanha das Forças Armadas contra a guerrilha foi uma verdadeira caçada. Conforme depoimento do coronel Pedro Cabral, que participou das manobras como capitão-aviador “somente no início, muito no início, houve alguma tipo de reação. Depois foi caçada pura, como se caçam animais” (MIRANDA, 1999, p. 196).

Durante as buscas, foram encontradas algumas ossadas e, com exames de DNA, comprovou-se que eram de guerrilheiros desaparecidos, mas o corpo de Rosalindo de Souza ainda não foi encontrado. Seu pai passou o resto da sua vida tentando encontrar o filho desaparecido e faleceu em 1991, sem enterrá-lo.

Conclusão

Este estudo procurou evidenciar as principais teorias que influenciaram o pensamento da esquerda brasileira e principalmente as doutrinas que fundamentaram a construção do movimento guerrilheiro, levando em consideração os planos desenvolvidos, tanto pelos militantes, como pelos militares, para a região do Araguaia. Em particular, demonstrou a experiência particular do militante Rosalindo de Souza e como os relatos sobre sua atuação e as circunstâncias de sua morte refletem um lugar de memória.

Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. São Paulo: Edusc, 2005.

AMADO, Janaína. FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas: luta armada*. 3. ed., São Paulo: Ática, 1987.

NASCIMENTO, Durbens Martins. *A guerrilha do Araguaia: Paulistas e Militares na Amazônia*. Dissertação de Mestrado. Belém, UFP/Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, 2000.

MIRANDA, Nilmário. TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo: mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. São Paulo: Boitempo, 1999.

PRADO JUNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

Fontes

ACERVO DA LUTA CONTRA A DITADURA: Disponível em: <http://www.acervoditadura.rs.gov.br/mortos.htm>. Acessado em 30 de novembro de 2011.

Notas

ⁱ Entrevista concedida aos autores em 20 de novembro de 2011.

ⁱⁱ Documentos do acervo particular da família, gentilmente cedidos aos autores.

ⁱⁱⁱ Entrevista concedida aos autores em 20 de novembro de 2011

Sobre os autores

José Alves Dias é doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, professor adjunto do Departamento de História e pesquisador do Museu Pedagógico da UESB. Membro do GEPS (Grupo de Estudos – Política e Sociedade no Brasil Imperial e Republicano).

Camilla Fernandes Araújo é Licenciada em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. É também membro do GEPS (Grupo de Estudos – Política e Sociedade no Brasil Imperial e Republicano).